



Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Volume 11

## *As boas práticas de produção sustentável da família Araújo*

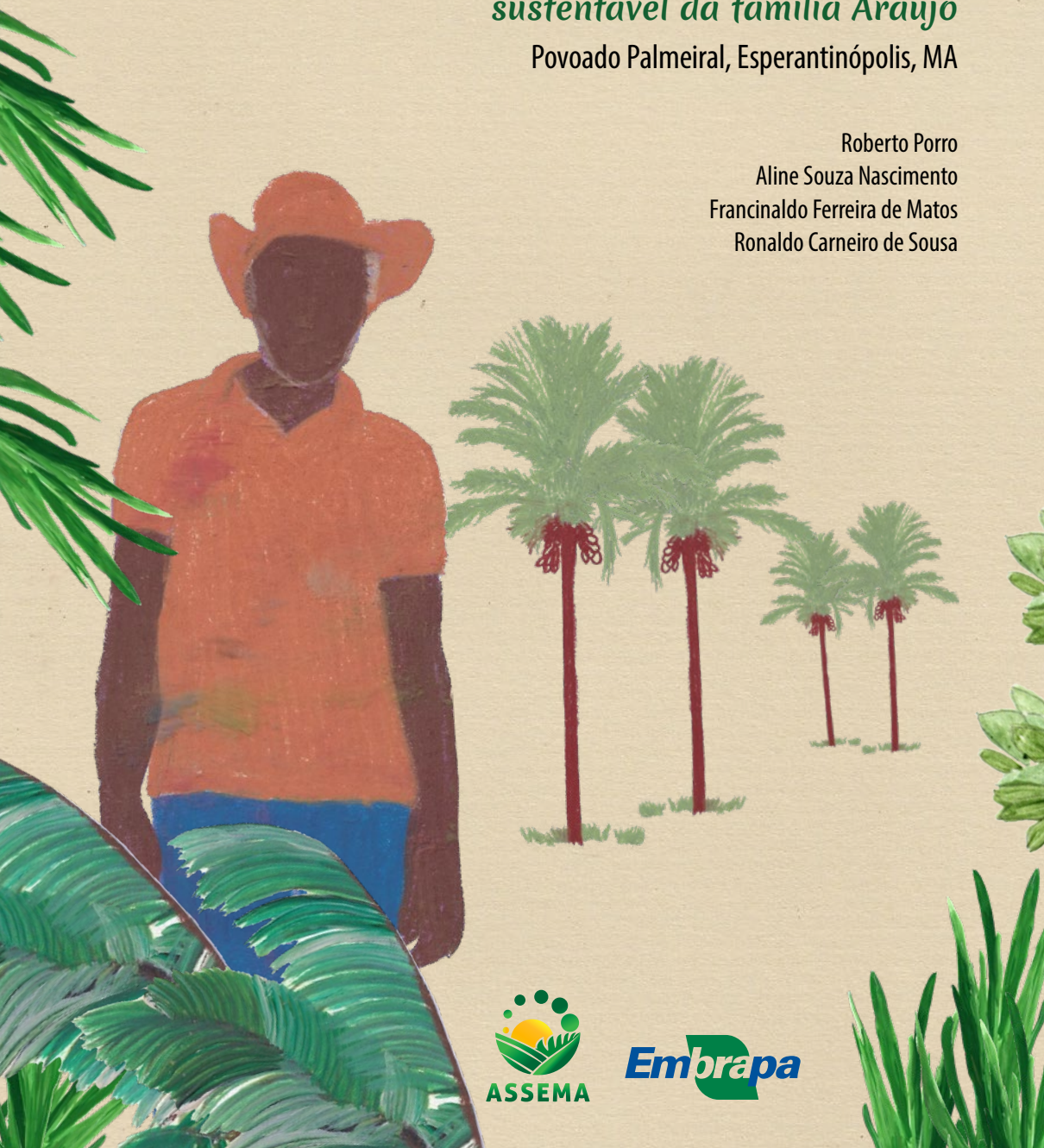
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Roberto Porro

Aline Souza Nascimento

Francinaldo Ferreira de Matos

Ronaldo Carneiro de Sousa





**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia  
Embrapa Amazônia Oriental  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim  
Volume 11

***As boas práticas de produção  
sustentável da família Araújo***

Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

*Roberto Porro  
Aline Souza Nascimento  
Francinaldo Ferreira de Matos  
Ronaldo Carneiro de Sousa*

**Embrapa**  
Brasília, DF  
2020

## **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**

Parque Estação Biológica (PqEB)  
Av. W5 Norte (final)  
70770-917 Brasília, DF  
Fone: (61) 3448-4700  
Fax: (61) 3340-3624  
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

## **Embrapa Amazônia Oriental**

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n°  
Caixa postal 48  
66095-903 Belém, PA  
Fone: (91) 3204-1000  
Fax: (91) 3276-9845

## **Unidade responsável pelo conteúdo**

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações  
Presidente  
*Marília Lobo Burle*

Secretária-executiva  
*Ana Flávia do N. Dias Côrtes*

### **Membros**

*Antonieta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Inglis; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa*

Editores técnicos da coleção  
*Roberto Porro*  
*Anderson Cássio Sevilha*

## **Todos os direitos reservados**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n° 9.610).

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

---

As boas práticas de produção sustentável da família Araújo : Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.  
62 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 11)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-88-4 (v. 11)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Matos, Francinaldo Ferreira de. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VI. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

## **Embrapa**

Parque Estação Biológica (PqEB)  
Av. W3 Norte (final)  
70770-901 Brasília, DF  
Fone: (61) 3448-4236  
Fax: (61) 3448-2494  
www.embrapa.br

## **Unidade responsável pela edição**

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial  
*Alexandre de Oliveira Barcellos*  
*Heloiza Dias da Silva*  
*Nilda Maria da Cunha Sette*

Supervisão editorial  
*Waldir Aparecido Marouelli*

Revisão de texto  
*Maria Cristina Ramos Jubé*  
*Lara Aliano Farias da Silva Pereira*

Normalização bibliográfica  
*Ana Flávia do N. Dias Côrtes*  
*Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)*

Projeto gráfico e ilustrações  
*Sílvia Moan*

Diagramação e arte-final da capa  
*Leandro Sousa Fazio*

## **1ª edição**

1ª impressão (2020): 500 exemplares



## **Autores**

### **Roberto Porro**

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

### **Aline Souza Nascimento**

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Francinaldo Ferreira de Matos**

Administrador de empresas, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, assessor do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu, São Luís, MA

### **Ronaldo Carneiro de Sousa**

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA





## Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.







## Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades no projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

*Maria Cléria Valadares-Inglis*  
Chefe-Geral da Embrapa Recursos  
Genéticos e Biotecnologia





## Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou




uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.




Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família Araújo, no povoado Palmeiral, município de Esperantinópolis, MA. A família se destaca pelos cultivos anuais tradicionais realizados com menor impacto ambiental, assim como pela criação animal e o extrativismo do babaçu.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

*Raimundo Ermino Neto*  
Coordenador-Geral da Associação em  
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





## **Sumário**

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **21**

Vivendo da terra  
para o próprio sustento **25**

Extração de  
flocos de mesocarpo **33**

Meios de vida **39**

Lições aprendidas e desafios **47**

Referências **51**

Foto: Aline Nascimento



O casal Marinete e Claudemir com a filha mais velha, Claudielma.





## Breve trajetória

**A**quebradeira de coco-babaçu Marinete Lima de Araújo (46 anos) é casada há 25 anos com o lavrador Claudemir Brito Araújo (49 anos) e vive próximo a Palmeiral, o maior povoado na zona rural de Esperantinópolis, distante 10 km da sede municipal, atualmente com 450 famílias residentes.

O povoado foi fundado por volta de 1940, e os primeiros moradores foram as famílias de seu Bernardino, seu Cairara e seu Panta. Palmeiral está localizado próximo às terras do Projeto de Assentamento (PA) Palmeiral-Vietnam, criado em julho de 1992, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para assentar 180 famílias em 2.195 ha (hectares).

O casal mora em seu lote no assentamento, distante cerca de 1 km do centro do povoado. Dona Marinete nasceu no povoado de Filomena, também na beira do rio Mearim, em Esperantinópolis, e, aos 12 anos, se mudou para Palmeiral. Já seu Claudemir foi criado ali desde criança, vindo, em 1969, de Centro do Nezinho – povoado em Poção de Pedras que recebe o nome de seu avô, Manoel Teodoro de Araújo, conhecido como Nezinho, que em 1948 migrou de Ouricuri, Pernambuco, para o

Maranhão. O casal possui dois filhos, que, porém, não mais residem no domicílio familiar. A filha mais velha, Claudielma, atualmente, é secretária-geral e de jovens do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Esperantinópolis (STTR), enquanto Kaio reside em Brasília, onde trabalha num restaurante.


O nome do povoado, localizado às margens do Rio Mearim, alude à abundância de palmeiras de babaçu na região. De acordo com seu Claudemir, em alguns locais próximos ao povoado era “truvo de palmeira, palmeira mesmo que era metida uma na outra”.

As narrativas de seu Claudemir são permeadas pelas memórias acerca do conflito pela terra ocorrido no local, na década de 1980, que também incluiu os povoados de Centro do Coroatá e Bom Princípio. As terras do PA Palmeiral-Vietnam pertenciam ao

Foto: Aline Nascimento



Rio Mearim, nas proximidades do povoado Palmeiral.



fazendeiro Francisco Gomes (Chico Gomes), de família tradicional de políticos de Sobral, no Ceará, a quem as famílias pagavam renda para colocar seus roçados. Conforme seu Claudemir,


[...] pagava naquela época, mas não plantava um pé de macaxeira, um pé de fava. A gente só plantava arroz e milho, e do arroz e do milho você tinha que pagar a renda. Era um saco e meio [90 kg] de cada linha de arroz e uma lata ou era duas [15 kg a 30 kg] de milho.

O lavrador relata ainda que:

Antes o povo mexia muito com roça. Como o Chico Gomes não queria abrir mão [...] o gado dele invadia tudo. Você chegava dentro da roça e tinha meio mundo de gado comendo milho, arroz, esbagaçando tudo. E você não podia dizer nada, não podia correr atrás de gado, não podia botar pra fora porque era gado demais. Falava pro vaqueiro e o vaqueiro zangava com você, porque era valente. E contava com o apoio dos mandatários políticos de Esperantinópolis e da polícia local.

Diante dessa situação, as famílias do povoado vizinho, Centro do Coroatá, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Igreja Católica, por meio do padre Raimundo Jorge de Melo, começaram a se mobilizar, e,

[...] quando começou a mexer com os papéis de desapropriação, aí que [Chico Gomes e seus vaqueiros] se zangaram. O Chico Gomes mandou cinco carradas de gado que veio do Ceará. Alastrou aqui, em Bom Princípio, Centro do Coroatá, Pussunga, tudo era cheio de gado. [Os lavradores] começaram a botar roça e o gado entrar. Como os papéis já estavam encaminhados, os cabra [lavradores] começaram a queimar o gado na pólvora. [...] Até que um dia o Chico Gomes arrancou com o resto porque ou tirava tudo ou os cabra matava tudo.



O decreto de desapropriação da Data Palmeiral (também conhecida como fazenda Vietnam) foi assinado em junho de 1988, mas somente três anos depois foi criado o Projeto de Assentamento pelo Incra, quando as famílias passaram a receber o crédito fomento, que, na época, era a primeira das ações de reforma agrária do Incra.

## Créditos da reforma agrária

Atualmente, os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição as seguintes linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes:

**Apoio inicial** – Até R\$ 5.200 por família, para apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, bens duráveis e equipamentos produtivos.

**Fomento** – Até R\$ 6.400 por família, para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda.

**Fomento mulher** – Até R\$ 5.000 por família, para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote.

**Habitacional** – Até R\$ 34.000 por família, para viabilizar a construção de habitação rural.

**Reforma habitacional** – Até R\$ 17.000 por família, para viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações rurais.

**Florestal e recuperação ambiental** – R\$ 6.400 por família, disponíveis para manutenção sustentável de sistemas florestais, agroflorestais ou o manejo florestal.

Fonte: Incra (2019).



Em 1992,

[...] ainda não tinha sido cortado, tirado os aceiros, nós pegava só na base. E já ia plantando um pé de coisa pra ali, botando uma rocinha, mas respeitando aquele limite, sem cerca. Em 1992/1993, foi aparecendo a Assema com os técnicos ajudando a gente.

Após a criação do assentamento, o PA foi dividido em três subáreas: Centro do Coroatá, Palmeiral e Bom Princípio. Cada uma das 180 famílias assentadas originalmente recebeu um lote de 13 ha, para os quais foram celebrados contratos de concessão de uso (CCU). João Teodoro de Brito, conhecido como Pernambuco, avô materno de Claudemir, foi inicialmente assentado no lote, que foi repassado ao casal posteriormente.

Das 450 famílias residentes em Palmeiral, apenas 65 são assentadas. As demais não foram incluídas porque não moravam nem trabalhavam na área de conflito, possuíam seu próprio pedaço de chão ou adquiriram terras do proprietário no período do conflito. Desse modo, somente aqueles que participaram da mobilização pela terra foram incluídos no assentamento.

Seu Claudemir foi, por dois mandatos, presidente da Associação de Moradores do Povoado Palmeiral, fundada em 1993, e dona Marinete é sócia da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (Coopaesp), que foi fundada em 1992 e, atualmente, conta com 83 associados. O principal produto comercializado pela Coopaesp é a farinha de mesocarpo de babaçu, processada em cinco núcleos de produção localizados nos povoados de Jiquiri, São José, Palmeiral, Serra do Aristóteles e Centro do Coroatá.

O povoado de Palmeiral possui um poço artesiano que abastece as famílias locais e um núcleo de extração de flocos de mesocarpo ligado à Coopaesp. Palmeiral também conta com posto médico, escola de ensino médio, matadouro, mercado municipal e ponte móvel (pontão), que transporta pessoas e veículos para o outro lado do rio, que pertence ao município de Joselândia. No povoado, também se estabeleceram iniciativas privadas como uma cerâmica, posto de combustível, farmácia e padaria.

Foto: Ronaldo Carneiro



Balsa faz a travessia do Rio Mearim: do povoado de Palmeiral, Esperantinópolis, ao município de Joselândia.

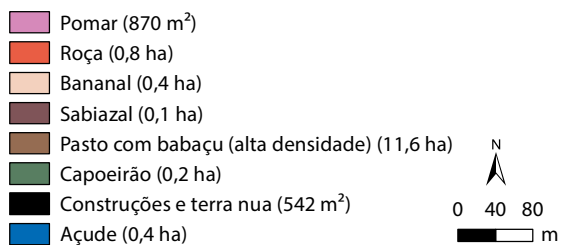
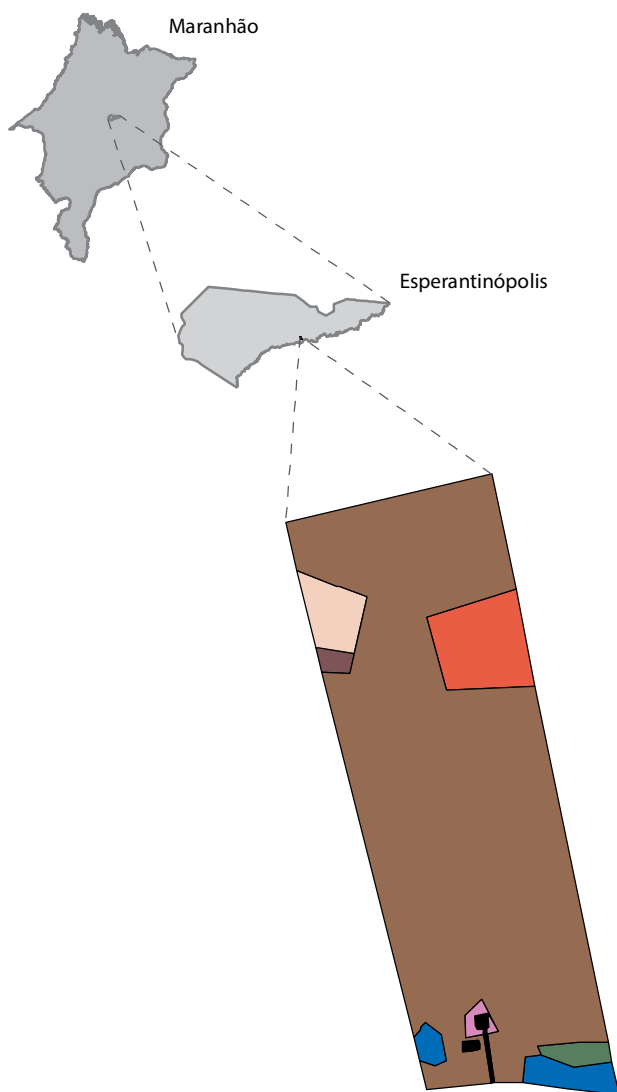


## *Estabelecimento familiar*

**S**eu Claudemir e dona Marinete possuem duas áreas. A primeira é o lote de 13 ha no Assentamento Palmeiral-Vietnam, representado no croqui a seguir. A outra área, de 10 ha, situa-se fora do assentamento, mas nas proximidades do povoado, e foi adquirida em 1996.

Mais de 90% do lote do assentamento é coberto com pastagens que existiam desde a época do conflito, que foram melhoradas pela família ao introduzir outros tipos de capim. Atualmente, as pastagens são formadas com capim mombaça e andropogon e se apresentam com alta densidade de babaçu (mais de 60 palmeiras por hectare). Na área de pastagem, seu Claudemir deixa algumas “árvores bonitas” para servir de sombra para o gado, pois “uma hora uma vaca pari e ela tem como levar o filhote até debaixo de uma sombra”. Além disso, essas árvores são úteis para o fornecimento de madeira para construções ou estacas usadas no estabelecimento.

Um capoeirão de 0,16 ha (meia linha) foi, recentemente, brocado para retirar a madeira e será roça no ano agrícola de 2018/2019. No ano anterior, uma roça de 0,8 ha foi cultivada com arroz, milho, abóbora e mandioca.



Localização e croqui do estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



O bananal de 0,4 ha foi plantado em 1994, e um sabiazal de 800 m<sup>2</sup> já tem 12 anos de formado. Dois açudes foram construídos no interior da pastagem, próximo à casa de farinha e à moradia, totalizando 0,4 ha. A casa de farinha é disponibilizada para uso de outras pessoas mediante pagamento de contribuição em produto ou dinheiro.



Foto: Ronaldo Carneiro

Rebanho nas pastagens da família no Assentamento Palmeiral-Vietnam.



Foto: Aline Nascimento

Açude no interior da pastagem da família.





## Vivendo da terra para o próprio sustento

A opção de residirem afastados do centro do povoado está ligada ao desejo do seu Claudemir “de todo tempo tá mexendo com as coisas, com os bichos, com porco, com gado, de criar”. Atualmente, a família possui um rebanho de 27 bovinos (1 touro, 13 vacas, 4 novilhas e 9 bezerros), além de criar 1 porco e cerca de 150 galinhas, frangos e outras aves.

Desde 1993, a família cria peixes em um dos açudes. No início, retirava peixes comuns ainda jovens do Rio Mearim, como curimatá, piaú, mandi e cari. Atualmente, ainda mantém essa prática, mas também cria alevinos da espécie conhecida localmente por caranha ou pirapitinga, adquiridos de produtor no povoado Endrex, em Lago do Junco. No final de 2017, criava cerca de mil peixes dessa espécie.

O bananal, implantado próximo a um igarapé que passa pelo lote, “dá banana direto”, com produção constante no decorrer de todo o período do verão. No entorno dessa área, é cultivada a leguminosa sabiá, que seu Claudemir afirma não derrubar pois “se tirar, o bananal



Açude utilizado para criação de peixes.

sente, porque quando a ventania vem, o sabiá combate um pouco”, impedindo que seja derrubado. Além disso, ele percebe que o sabiazal “esfria e preserva o bananal”.

A técnica de produção da banana coruda foi desenvolvida por seu Claudemir, a partir de orientação recebida dos técnicos da Assema. O plantio, sempre em novembro, é feito em covas de 50 cm × 50 cm × 50 cm ou 40 cm × 50 cm × 50 cm. Na abertura das covas é feito um amontoado de terra nos quatro lados e, no momento do plantio, se coloca um punhado dessa terra debaixo da muda de banana.



Foto: Aline Nascimento

Claudemir realiza limpeza no bananal.



Seu Claudemir explica que “se a terra for doentia, mistura-se sal grosso”. Em seguida, outra parte da terra é colocada, mas de modo que ainda não complete a cova. Após 15 dias, a brotação da muda de banana aparece, e o mato ao redor começa a crescer. Então, realiza-se a primeira capina, preferencialmente com enxada, deixando a vegetação cortada sobre o solo para que a matéria orgânica forneça nutrientes ao plantio. Com a invernada e as enxurradas, a terra que restou vai caindo na cova por cima da matéria orgânica, e a tendência é a muda se fortalecer, vindo com uma “força terrível”.

A banana não é cortada de qualquer forma após a colheita do cacho. No verão, o pé é cortado no alto, logo abaixo da inserção das folhas, e outra incisão é feita na base para que a água drene. A água no tronco vai descendo e fornecendo umidade às brotações novas, servindo de “sustância” a elas. No inverno, como há água suficiente no solo, é possível descer o corte, isto é, cortar abaixo do tronco.

No entorno da residência, a família cultiva árvores frutíferas como cajazeira, goiabeira, tamarindeiro, coqueiro e jabuticabeira. Também são cultivadas espécies madeireiras como pau d’arco, e espécies recuperadas na propriedade ou trazidas de outras localidades, como o umbú-cajá, obtidas por Claudielma quando das viagens realizadas a serviço do sindicato.

A outra área, de 10 ha, distante cerca de 400 m do lote no assentamento, inclui 8 ha de pastagem, uma reserva florestal de 1,6 ha e 0,3 ha de vazante, na margem do Rio Mearim. A vazante, segundo seu Claudemir, “é um pedaço de chão que você capina para plantar melancia, pepino, quiabo, cuxá, e macaxeira. Por ser adubada pelo remonte do rio, é uma terra fria e fértil”, como enfatizado por ele.



Foto: Aline Nascimento

Plantio de abóboras em meio ao pomar, próximo à residência.

A produção na área de vazante é tamanha que a família não dá conta de consumir. A melancia comum que cultivam, por exemplo, produz bastante e é mais saborosa do que a “melancia redonda”, como verificado por seu Claudemir. Segundo ele, “a melancia que vem de fora não tem gosto de nada, nem à melancia ela cheira”, e ele acredita que isso se deve ao adubo químico utilizado pelos produtores, diferente da melancia cultivada pela família, enriquecida apenas pelos nutrientes no solo da vazante. Seu Claudemir afirma que “essa nossa aqui, de vazante, você raspa a casca dela até topa no verde lá embaixo e você come tudo, porque aquela rapa lá é gostosa demais”.



Plantio de feijão na vazante do Rio Mearim.

Seu Claudemir também é um agricultor experimentador e, com o intuito de demonstrar a riqueza do solo da área, decidiu comprar sementes da “melancia redonda” e plantou “umas oito covas” na vazante. De acordo com ele,

[...] não chegou botar adubo, a botar nada porque dizem que tem que cortar uma rama, tem que cortar não sei o que... Lá deu umas melancias muito grandes e a casca delas era fina demais, bem fininha, que na hora que tu pegasse uma melancia daquelas não podia botar de uma vez no chão porque ela rasgava bem no meio. Um vermelho bonito! Doce, doce, doce, doce que quanto mais você comia mais dava vontade!



A reserva de cerca cinco linhas também é localizada próxima ao Rio Mearim. Nessa área, a família conserva e não mexe, como ressaltado pelo lavrador. Nela há

[...] uma sombra mais maravilhosa do mundo. No verão quando dá no mês de setembro e outubro que é o tempo mais quente, que tá aquela temperaturona doida, aquele fumaceiro, aquela agonia pesada demais, você chega na beira daquele rio, você não quer voltar pra cá mais não; [chega] debaixo daquele moiteiro você não quer vir, você faz questão de passar o dia todinho lá.



Foto: Aline Nascimento

Reserva florestal em terras da família, às margens do Rio Mearim.




## Extração de floco de mesocarpo

É nas pastagens consorciadas com as palmeiras no lote da família que dona Marinete e outras quebradeiras coletam o coco-babaçu para extrair flocos de mesocarpo. Essa prática se constitui numa das principais atividades das quebradeiras de coco do município de Esperantinópolis.



Foto: Aline Nascimento

Coco-babaçu coletado em pasto do estabelecimento.



Depois de coletado o coco, em virtude da quantidade, seu Claudemir o leva até a unidade de extração de floco de mesocarpo, localizada no centro do povoado de Palmeiral. É nesse local, que dona Marinete, com outras extrativistas, retira os flocos. A atividade acontece geralmente no período da safra do babaçu que, conforme dona Marinete, “é de julho pra frente, que é quando os cocos começam a cair. É o verão todinho que nós vamos para lá”. Elas retiram os flocos somente do coco maduro, pois “ele seco, não presta”. Além disso, no período do inverno, não extraem o floco em razão de a umidade comprometer a qualidade da massa.

A extração do floco na unidade se inicia com a seleção do coco que não foi danificado por roedores. Em seguida, na fase de lavagem, os cocos são imersos em um tanque com água clorada, esfregados com auxílio de uma escova, e deixados secar.

Foto: Aline Nascimento



Coco-babaçu maduro.



Foto: Aline Nascimento

Coco-babaçu atacado por roedores.

Posteriormente, se dá a retirada da casca, com o uso de um facão, cuja ponta é presa por um prego a uma peça de inox fixada em base de alvenaria, revestida com cerâmica.

Após esforços repetitivos para descascar o coco (retirar o epicarpo), os frutos são levados a outro compartimento onde se emprega um macete para dar sucessivas batidas até a retirada total da massa. Os flocos são, depois, levados para um secador que funciona a partir da combustão das cascas e epicarpo de coco-babaçu. As mulheres produzem individualmente uma determinada quantidade de flocos, geralmente 50 kg, e repassam à Coopaesp para realização do processamento final (embalagem e comercialização), realizado em Esperantinópolis, na sede da cooperativa.

Posteriormente à retirada do floco de mesocarpo, dona Marinete leva o coco para sua casa e dele extrai as amêndoas para a produção de azeite e para a comercialização no mercado local, enquanto as cascas são utilizadas para a produção do carvão.

Fotos: Aline Nascimento




Processamento de mesocarpo de babaçu: descascamento.

Fotos: Aline Nascimento



Processamento de mesocarpo de babaçu: retirada dos flocos e secagem em estufa.



Dona Marinete faz parte do Programa de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade Brasileira (PGPM-Bio), vendendo as amêndoas de coco-babaçu no comércio local. Em razão de problemas de saúde ocasionados pela prática extrativista, como dores nas costas e desvios na coluna, e pela sobrecarga de outras atividades, ela tem reduzido a quebra de coco, extraindo, por dia, cerca de 10 kg de amêndoas “quando pega o dia todo”, de acordo com ela.

## **PGPM-Bio**

A Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas que ajudam na conservação dos biomas brasileiros: açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu.

A PGPM-Bio visa fomentar a proteção ao meio ambiente, contribuir com a redução do desmatamento e garantir renda às populações que possuam formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apoia o desenvolvimento das comunidades extrativistas por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus, quando os extrativistas comprovam a venda de produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. Em outubro de 2018, o valor do quilograma da amêndoa do babaçu pago pelo PGPM foi de R\$ 3,04.

Fonte: Boletim da Sociobiodiversidade (2017).



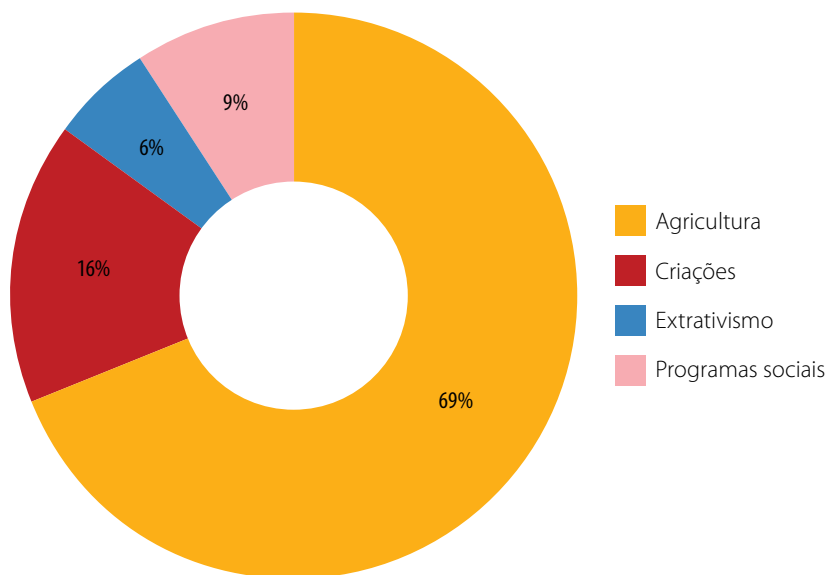




## Meios de vida

A diversidade de atividades desenvolvidas pela família tem garantido um modo de vida ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justo (Alves et al., 2018). A agricultura constitui a principal fonte de renda monetária do domicílio (69%), seguida da criação animal (16%), que compreende gado bovino, aves e peixes; de programas sociais (9%), que se limitam ao recebimento de Bolsa Família; e do extrativismo (6%). Essa diversidade é constatada no gráfico apresentado a seguir, elaborado com base em informações fornecidas pela família sobre as fontes de renda monetária no ano anterior à entrevista, realizada em dezembro de 2017.

Os principais produtos agrícolas comercializados pela família no ano pesquisado incluem as melancias, farinha de mandioca, banana e processados agrícolas, que são polpas de frutas e produtos derivados da mandioca. Como a produção de melancia da vazante no período de safra é intensa, esta costuma ser vendida. Em 2017, venderam 7 t (toneladas) a R\$ 1,00 por quilograma, e, em 2018, comercializaram 5 t da fruta.



Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Dentre os produtos obtidos da roça anual, o milho é destinado para alimentação animal e a mandioca para fabricação de farinha, que é consumida e comercializada. Da mandioca, tudo é, de fato, aproveitado pela família: além da farinha, produzem a puba, que é a massa extraída da mandioca fermentada, utilizada em bolos, biscoitos e outros pratos típicos. Utilizam também a manipueira, líquido obtido a partir da prensagem dessa massa, usado no molho de pimenta. Já a tapioca, obtida no processo de fabricação da farinha seca, é utilizada na produção de beiju. Até a casca da mandioca é usada como ração animal.

A venda dos produtos agrícolas ocorre por meio do acesso ao mercado público institucional e de alternativas criativas desenvolvidas pelos próprios agricultores familiares e suas

organizações, como a venda de porta em porta, a venda em feiras tradicionais e feiras da agricultura familiar. Para a comercialização das bananas, por exemplo, seu Claudemir leva a produção cedinho de moto, aos domingos, e deixa na casa de parentes no povoado de Palmeiral. Dona Marinete vai em seguida, coloca as bananas em um carro de mão e percorre as ruas do povoado “de cima a baixo”, como enfatizado por ela. Sem dificuldade, toda a produção é vendida, porque há muitos anos exercem tal atividade e possuem clientes fixos. Além de bananas, às vezes, também comercializam dessa forma ovos, limão, macaxeira, farinha e peixe.



Foto: Ronaldo Carneiro

Marinete vende bananas no povoado de Palmeiral de porta em porta.



Casa de farinha da família.

A família participa das feiras de agricultores familiares promovidas em Esperantinópolis três vezes ao ano e, nesse espaço, comercializa os produtos da mandioca: farinha, macaxeira, puba e beiju. Outra renda familiar é proveniente do pagamento pelo uso da casa de farinha por outras famílias agricultoras. O pagamento ocorre pelo recebimento de produto, geralmente farinha, correspondendo a “cinco pratos por 30 kg, isto é, de cinco latas produzidas tenho uma”, conforme seu Claudemir.

As polpas de frutas (cajá, manga, tamarindo, acerola e caju) são produzidas a partir do uso de uma despulpadora instalada na residência e repassadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), bem como as bananas e a farinha. Esse repasse foi, porém, interrompido no início de 2018 em virtude de estarem aguardando a liberação do Selo de Inspeção Municipal (SIM). Isso tem se constituído em preocupação para a família, uma vez que, vendendo polpa a consumidores individuais, não arrecadam o mesmo valor que o obtido por meio do programa governamental.



## **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da agricultura familiar poderá ser realizada por meio de chamada pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

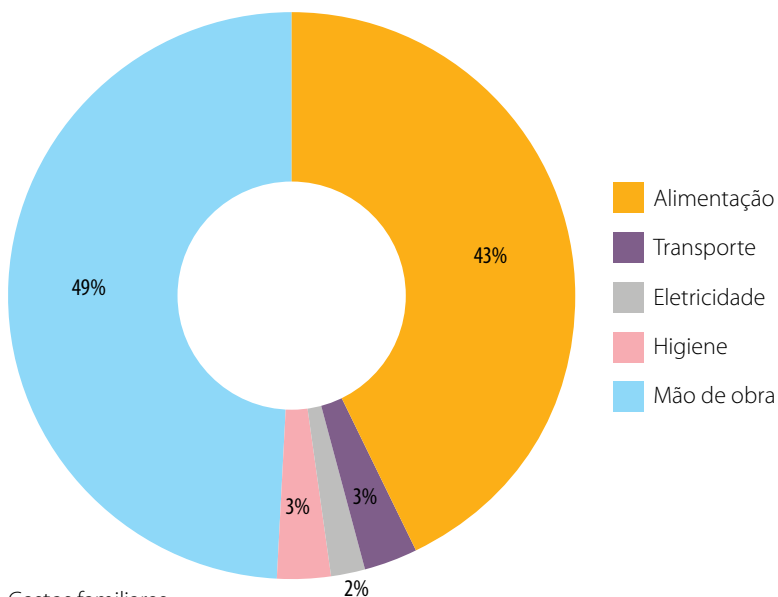
Fonte: Programa Nacional de Alimentação Escolar (2018).

O gado bovino é vendido em pé, em momentos de aperreio, desempenhando função de reserva e acumulação (Garcia Jr.; Heredia, 2009), enquanto as galinhas são utilizadas, principalmente, para consumo familiar, embora, havendo necessidade, também sejam vendidas. O excedente de ovos é também comercializado, assim como, esporadicamente, é vendido um animal de carga, como ocorrido em 2017.

A renda monetária proveniente do extrativismo foi obtida a partir da venda de amêndoas (480 kg comercializados no ano) e de flocos de mesocarpo (100 kg vendidos). Outros produtos do babaçu foram utilizados apenas para o consumo doméstico: 10 L (litros) de azeite, 6 L de leite e 30 kg de sabão produzidos por dona Marinete, que também utilizou quatro latas (20 kg) de paú de babaçu como adubo orgânico. A casca do coco é utilizada para fabricação de carvão, destinado apenas para o consumo. A família produz uma média de oito latas de carvão a cada 2 semanas, o que resulta num total anual de 960 kg.

Com relação às despesas familiares, o gráfico a seguir foi elaborado a partir de informações fornecidas pelo casal para o mês anterior ao da realização da visita, ocorrida em dezembro de 2017. O gráfico indica que mais de 90% das despesas foram relacionadas à alimentação (43%) e mão de obra (49%), e os gastos com transporte, eletricidade e higiene/cosméticos se limitaram a proporções de 2% e 3% do total mensal.

A família obtém de seu estabelecimento uma quantidade considerável de alimentos, seja em suas roças anuais; nos plantios de banana e outras frutas; nas áreas de vazante, assim como pela criação de galinhas, peixes, suínos e bovinos; e pelo extrativismo do babaçu.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

No ano que antecedeu a entrevista, a produção no roçado havia sido de 35 sacos (2.100 kg) de milho, 170 kg de feijão, 180 kg de farinha e 85 kg de fava. Nesse ano, não foi produzido arroz, ao contrário do ano anterior, quando haviam sido colhidos 750 kg. Essa produção representa uma relevante fonte de renda não monetária e, certamente, contribui para que os gastos familiares com alimentação não sejam muito superiores.

Todavia, a falta de mão de obra familiar obriga o dispêndio de valores consideráveis na contratação de pessoal para apoiar a realização de atividades no estabelecimento, principalmente no cultivo da roça, para bater milho, colher feijão e fazer farinha.



Foto: Aline Nascimento

Claudemir vistoria o paiol de arroz da família.







## *Lições aprendidas e desafios*

**A**s principais dificuldades enfrentadas pela família se referem à falta de água, à falta de mão de obra e ao fato de alguns animais silvestres, como capivara, raposa e camaleão, atacarem os cultivos na vazante. A família cultivava hortaliças, mas interrompeu essa produção por falta de água, pois a que abastece a propriedade provém do poço artesiano da comunidade e não pode ser usada para esse fim, tendo em vista a quantidade exigida para a irrigação. O desejo da família é construir um poço semiartesiano no estabelecimento, pois a água salgada de um dos poços que perfuraram no terreno chegou a prejudicar a horta. A salinização foi percebida “logo quando escavou, porque a água amargava, travava na boca”. Também pretendem construir uma cisterna para melhor aproveitar a água da chuva durante o inverno.

Outras perspectivas futuras da família incluem construir um lugar adequado para a produção de polpa de frutas, obedecendo às normas sanitárias, assim como melhorar a casa de farinha e organizar a criação animal. Essa organização é necessária porque os capotes (galinhas-de-angola), por exemplo, se reproduzem no mato e, repentinamente, a família é surpreendida com


a aparição dos filhotes andando pelo entorno da casa, quando não imaginavam que as fêmeas estavam em postura. Além disso, pretendem alugar a pastagem na área próxima à vazante, atualmente ocupada pelo gado da família.

Dona Marinete participa das atividades na roça, principalmente no plantio e na colheita do arroz. Geralmente, pagam diárias para algumas pessoas ajudarem nessas atividades. Seu Claudemir reduziu o uso de agrotóxicos nos cultivos depois que apresentou problemas de saúde e, por esse motivo, atualmente, adota insumos alternativos para controlar as pragas em seus plantios. Dentre estes, utiliza uma

Foto: Aline Nascimento



Claudemir e a filha Claudielma em travessia de canoa no Rio Mearim.



mistura de folhas verdes de nim, 250 g de sabão de coco, uma cabeça de alho macerada, 250 g de fumo, três buchas paulista e 0,5 L de pimenta malagueta triturada, diluídos em 5 L de água. Essa mistura é utilizada para combater o percevejo-do-colmo do arroz, na diluição de 300 mL da mistura em um pulverizador com 20 L de água.

No município de Esperantinópolis, ainda é frequente a derrubada de palmeiras de babaçu pelos fazendeiros, assim como o uso de agrotóxicos nas pastagens. Em 2016, houve um caso de pulverização aérea com objetivo de efetuar a limpeza de pastagens, o que impossibilitou as quebradeiras de coletarem o coco e extraírem o floco de mesocarpo dessa área por cerca de 1 ano. Além disso, tal pulverização afetou lavouras de muitas famílias.

Embora a Lei do Babaçu Livre (Lei nº 255/99) vigore no município desde 1999, dona Marinete e Claudielma consideram haver algumas lacunas quanto ao cumprimento dela por muitos proprietários, que impedem a entrada das quebradeiras para coleta do coco-babaçu em suas fazendas. Esse impedimento constitui uma violência contra as quebradeiras de coco-babaçu, pelo fato de a palmeira ser considerada de usufruto comum e o extrativismo do babaçu em regime de economia familiar se constituir na principal atividade econômica de mais de 15 mil famílias somente nesse território (Porro, 2019).

Mesmo com as dificuldades encontradas, a família sempre foi impulsionada “a plantar para ter o que comer”, seja por meio das aprendizagens adquiridas no convívio cotidiano com parentes mais velhos ou por meio das formações realizadas por organizações como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Esperantinópolis e a Assema, que sempre estiveram presentes no assentamento, orientando as famílias no manejo de suas áreas, conforme mencionado por Claudielma.



## Lei do Babaçu Livre

A principal reivindicação das quebradeiras de coco é o direito de livre acesso aos babaçuais. Essa reivindicação ganha forte impulso em 1997, quando o Projeto de Lei Municipal de Lago do Junco 05/1997, conhecido popularmente como Lei do Babaçu Livre, foi aprovado na Câmara Municipal, tornando livre a atividade extrativa em propriedades privadas. A promulgação da lei representa uma grande conquista das mulheres quebradeiras pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência da palmeira de babaçu, pois os fazendeiros são obrigados a permitir a livre coleta do coco nas suas fazendas e ainda devem cumprir certas exigências consoantes a conservação e o manejo das palmeiras (Linhares, 2016). A iniciativa se disseminou e, pelo menos, outros 13 municípios já a adotaram (8 no Maranhão, 4 no Tocantins e 1 no Pará). No estado do Maranhão, a Lei do Babaçu Livre vigora nos seguintes municípios:

Lago do Junco: Lei nº 05/97 modificada pela Lei nº 01/2002

Lago dos Rodrigues: Lei nº 32/99

Lima Campos: Lei nº 466/2003

Esperantinópolis: Lei nº 255/99

São José dos Basílios: Lei nº 52/2005

São Luís Gonzaga: Lei nº 319/2001

Cidelândia: Lei nº 01/2005

Imperatriz: Lei nº 1.084/2003

Pedreiras: Lei nº 1.137/2005

O desejo de chegar à autonomia financeira, “de viver da terra, produzir para o seu próprio sustento”, contribuiu para a diversificação das atividades desenvolvidas no estabelecimento, e, uma vez que os produtos são cultivados dentro dos princípios agroecológicos, tem garantido segurança alimentar, gerado renda e autonomia à família.





## Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, p. 9, 2004.

ALVES, R.; SOUZA, A. N.; MEDEIROS, A. **Economia solidária e agroecologia**. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

BOLETIM DA SOCIOBIODIVERSIDADE. Brasília, DF: Companhia Nacional de Abastecimento, v. 2, n. 1, jan./mar. 2018. 48 p. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade>>. Acesso em: 27 set. 2018.

GARCIA JR., A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (Estratégias de reprodução, v. 2).

INCRA. **Crédito instalação**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/novo\\_credito\\_instalacao](http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao)>. Acesso em: 27 set. 2019.

LINHARES, A. da S. **Quebradeiras de coco babaçu**: (re) construindo identidades e protagonizando suas histórias na Microrregião do Médio Mearim, estado do Maranhão. 2016. 289 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan./abr. 2019. DOI: 10.1590/1981.81222019000100011.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default>>. Acesso em: 27 set. 2018.





## *Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim*

*Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade*

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde  
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo  
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci  
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade  
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos  
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



### *Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área*

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado  
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares  
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica  
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

### *Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental*

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana  
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco  
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo  
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

### *Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças*

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado  
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA



Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

### *Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais*

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

### *Inovações na criação de pequenos animais*

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

### *Processamento local de frutas, mandioca e leite*

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

### *Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato*

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

### **Contato**

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: [contato@bemdiverso.org.br](mailto:contato@bemdiverso.org.br)

[www.bemdiverso.org.br](http://www.bemdiverso.org.br)





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

### **Contato**

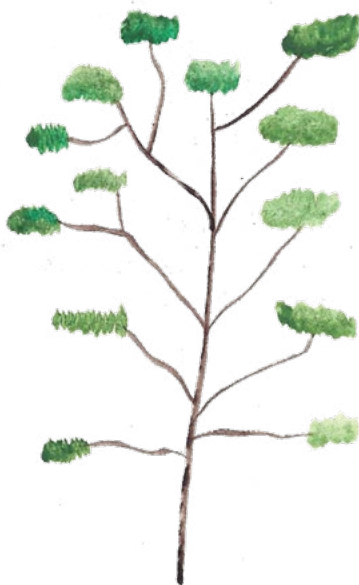
Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

[www.assema.org.br](http://www.assema.org.br)









Impressão e acabamento







Apoio

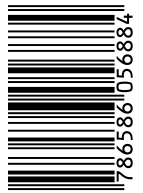


MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-65-86056-88-4



9 786586 056884

CGPE 15716